

O desafio da história Entrevista com William Lane Craig (Australian Presbyterian)

Texto em português · [Ler no site](#)

Resumo

Originalmente publicado como: “**The Challenge of History: An Interview with William Lane Craig**”.
Texto reproduzido na íntegra em: [/the-challenge-of-history-an-interview-with-william-lane-craig](#).

A afirmação mais distintiva do cristianismo com relação às outras religiões do mundo é que o cristianismo diz que Deus se revelou na história. Conforme declarou o teólogo britânico Alan Richardson: “A fé cristã [...] está vinculada a certos acontecimentos do passado e, caso fosse possível mostrar que tais acontecimentos jamais ocorreram ou que foram bem diferentes do modo como o cristianismo bíblico o relata, então se descobriria que todo o edifício da fé, vida e culto cristãos foi edificado sobre a areia”.

Neste período de Natal, celebramos o evento central da história do mundo: Deus se fez homem em Jesus Cristo. Hoje essa afirmação está sob várias formas de ataque. Alguns dizem que é mito; outros, que é uma declaração sem sentido, pois é impossível conhecer realmente o passado. AP perguntou a William Lane Craig, professor pesquisador em filosofia da Escola de Teologia Talbot, Los Angeles (EUA), sobre o que ele pensa dessas visões.

Por que a história é tão importante para a fé cristã?

A história é crucial para o cristianismo porque ela impede que a fé cristã degenera em mitologia. A menos que a Bíblia esteja radicada em eventos históricos reais, não há razão para entender que Jesus de Nazaré deve ser mais determinante para a minha fé hoje do que os chamados deuses, como Thor, Odin, Zeus ou qualquer outra divindade mitológica. A história é o componente vital no cristianismo porque alicerça a fé em fatos e impede-a de ser mero mito.

Outras religiões têm interesse semelhante na história?

Sim, mas só em sentido relativo. As outras religiões têm certamente algum componente histórico. Considere o judaísmo, por exemplo, no qual, ao menos para os judeus ortodoxos, os atos de Deus na história, como o êxodo, são muito importantes. O fato de Deus socorrer os judeus no Egito é o milagre central do Antigo Testamento. A história também exerce algum papel no islamismo. Por exemplo, supõe-se que a descida do Alcorão do céu até Maomé seja um evento histórico, e os muçulmanos creem que seja a revelação de Deus para o profeta do islam.

Portanto, há elementos históricos nessas crenças, mas não têm a mesma importância que os eventos históricos no cristianismo. A razão para isso é que a salvação pessoal no judaísmo e no islamismo não é uma questão de fatos históricos; é questão de obedecer a certos tipos de atividades ou normas prescritas. Embora essas normas tenham surgido em dado contexto histórico, esse contexto não afeta de modo algum a prática da piedade dessas religiões. No cristianismo, porém, é inteiramente diferente. No cristianismo, os atos salvadores de Deus são em si mesmos atos históricos. Portanto, caso fossem removidas a historicidade de Jesus ou a historicidade da cruz, seriam removidos todos os fundamentos da expiação e da salvação.

Assim, em certo sentido, é verdade que a história é importante para essas outras crenças, mas seus fatos históricos não ocupam o papel central que os atos salvadores de Deus ocupam no cristianismo.

G. E. Ladd disse: “A singularidade e o escândalo da religião cristã repousam na mediação da revelação através dos eventos históricos”. O que ele quer dizer com isso?

Ladd está certo, obviamente. O cristianismo não é um código de vida nem uma filosofia da religião, antes está enraizado em eventos históricos reais. A razão para ser escandaloso é porque ele amarra a verdade do cristianismo à verdade desses fatos históricos. Isso significa que, caso se mostre que esses eventos são fraudulentos ou ficcionais, elimina-se totalmente o fundamento do cristianismo. Falando do jeito mais simples possível: a verdade ou a falsidade do cristianismo continua de pé ou vem abaixo com os eventos individuais da história.

O islamismo, por outro lado, não depende tanto assim da história. Por exemplo, é possível seguir os cinco pilares do islam: fazer a confissão, fazer as preces, dar esmolas, ir a Meca e assim por diante, mas nenhuma dessas exigências depende diretamente dos eventos históricos. Todavia, com o cristianismo é bem diferente. A oferta de salvação que recebemos no evangelho só será real se os eventos específicos sobre os quais a oferta se fundamenta forem reais. E, em certo sentido, isso é escandaloso porque, como eu disse, se esses eventos forem comprovadamente fictícios, então a religião inteira vem abaixo.

Por outro lado, penso que isso faz do cristianismo de fato uma grande religião, porque nos dá um meio de verificar a verdade da fé cristã. Podemos realmente investigar a história para verificar se Jesus de Nazaré viveu, morreu, ressurgiu e afirmou o que achamos no Novo Testamento. Portanto, a fé cristã proporciona, para avaliar seus argumentos, uma pedra de toque que não está presente na maioria das outras religiões do mundo.

O elemento histórico da fé cristã sempre foi considerado importante na igreja?

Tradicionalmente, sim. Mesmo desde o princípio, os credos mais antigos do cristianismo são ratificações de eventos históricos. Por exemplo, o Credo Apostólico diz: “padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos céus”. Esses elementos históricos são importantes nos credos primitivos.

Tragicamente, com a ascensão da teologia liberal no século XIX, a importância da história para a fé cristã foi depreciada e perdida. Os eruditos liberais não mais acreditavam que Jesus era realmente central ao âmago da fé cristã. Eles procuraram o cerne em outra parte: na paternidade de Deus e na fraternidade do homem. Eles acreditavam que essa era doutrina fundamental ao cristianismo. Tudo mais era secundário, inclusive os eventos históricos.

Felizmente, a teologia liberal chegou e foi-se embora. Penso que o século XX tem sido caracterizado por uma forte valorização da centralidade da história para a fé cristã. Devíamos ser realmente agradecidos por isso.

A igreja da Idade Média também perdeu contato com a história por causa da sua preocupação com a teologia filosófica?

Em certo sentido, sim. Mas isso não deveria nos levar a pensar que as pessoas do período medieval não percebiam a importância da história. Elas criam que eventos como a ressurreição de Jesus realmente

ocorreram; entendiam que não eram apenas ficções nem mitos. Para elas, Jesus de Nazaré realmente viveu, morreu e realizou aquelas coisas.

A dificuldade era que não tinham nenhuma maneira de demonstrar que isso havia acontecido. O máximo que poderiam fazer era apelar para o milagre da existência da própria igreja. Para tais pessoas, parecia inacreditável que esse edifício universal, espalhado agora por toda a civilização conhecida, poderia ter se firmado numa falsidade. Assim, o milagre vivo da própria igreja era a melhor prova que podiam apresentar de que esses eventos realmente ocorreram. Não tinham a menor dúvida de que a historicidade desses eventos era crucial e não se deveria comprometê-la.

Que impacto esse interesse renovado na história causou na apologética no período posterior à Reforma?

No período da Renascença, os eruditos desenvolveram uma nova conscientização da história. Tornaram-se intensamente interessados na redescoberta do passado. O desejo de desenvolver um entendimento histórico manifestou-se no amor e na pesquisa de documentos da antiguidade.

O efeito desse interesse nos clássicos repercutiu diretamente nos estudos de Novo Testamento. Os estudiosos passaram a interessar-se pelas raízes históricas do cristianismo e deram início ao trabalho de estabelecer, tão fielmente quanto possível, o texto do Novo Testamento. Em consequência disso, começaram a aparecer os primeiros reflexos de algum interesse na apologética cristã orientada historicamente. Eruditos como Filipe de Mornay e Hugo Grócio logo passaram a usar argumentos históricos para defender a verdade dos evangelhos e do cristianismo.

Por que hoje as pessoas são tão céticas acerca da ideia de que a história seja uma realidade objetiva?

Creio que algumas pessoas são céticas quanto a isso por causa da popularidade das visões relativistas da verdade. O pós-modernismo nega a existência da verdade objetiva. Os pós-modernistas acreditam que o passado é meramente a construção do presente. Acreditam que, uma vez que os eventos do passado passaram, estão perdidos — não são mais acessíveis. Portanto, história é aquilo que fazemos ser história. E, além disso, visto que alegam que nenhum historiador é observador neutro, estando preso inevitavelmente no processo histórico, ele não é capaz de reconstruir o passado objetivamente como era. Isso tem levado alguns pensadores a uma visão relativista da história segundo a qual, como disse alguém: “A história é uma série de mentiras sobre as quais todos decidiram concordar”.

Faz algum sentido tentar descobrir os fatos históricos acerca de Jesus, quando tantos já tentaram fazê-lo e chegaram a diferentes avaliações?

Sim, acredito que faz. Penso que a diversidade de opiniões acerca do Jesus histórico pode estar amarrada em grande medida ao tipo de pressupostos filosóficos que os críticos põem na mesa. As conclusões deles são menos determinadas pelas evidências do que pelos pressupostos que eles impõem. Isso pode ser visto claramente nas obras publicadas por eles.

Por exemplo, os membros do *Jesus Seminar* [Seminário Jesus] declaram explicitamente quais sejam seus pressupostos na introdução que escreveram à sua edição de *The Five Gospels* [Os cinco evangelhos]. Para eles, a primeira coluna do saber acadêmico é a pressuposição do naturalismo científico. Noutras palavras, não acreditam que haja eventos sobrenaturais na história. Entendem que, sempre que se encontra um evento miraculoso numa narrativa, isso é sinal automático de que se está diante de uma lenda ou de um

mito. Eles simplesmente partiram da suposição de que os milagres são de caráter ficcional. Extraordinariamente, não fazem nenhuma tentativa para justificar tal suposição. Quando se começa com a suposição do naturalismo científico, o curso de eventos como o nascimento virginal, a encarnação, os milagres de Jesus e a sua ressurreição terão de ser avaliados como anistóricos.

Além disso, alguns críticos, como Marcus Borg, deixam claríssimo que buscam um Jesus religiosamente disponível para as pessoas no cenário contemporâneo. Borg decidiu deliberadamente reinterpretar Jesus como um tipo de pessoa espiritual, fruto da combinação de diferentes culturas — uma espécie de místico — que apela às pessoas de todas as culturas e de todas as religiões. É por isso que ele traz a público um Jesus politicamente correto ao extremo, um Jesus não ofensivo nem incômodo para a mente moderna. O Jesus reconstruído de Borg é bom exemplo de como as conclusões de alguns acadêmicos são profundamente moldadas por suas pressuposições.

No entanto, se essas pressuposições críticas não forem forçadas nos evangelhos, então há um consenso bastante notável em emergência entre os estudiosos acerca da pessoa do Jesus histórico, do seu ensinamento, e dos eventos da sua vida em torno da sua morte e ressurreição. Por isso, penso que devemos ter o cuidado de não exagerar a diversidade de visões que há entre os estudiosos hoje. Houve, com certeza, uma variedade de perspectivas nas buscas do passado para recuperar o Jesus histórico, mas os estudos contemporâneos têm, penso eu, resgatado realmente o esboço geral de uma imagem de Jesus com a qual podemos concordar em grande parte.

Uma vez que não podemos observar diretamente o passado, podemos conhecer algo sobre como ele realmente aconteceu? As nossas ideias do passado poderiam ser falsificações elaboradas, tão indignas de confiança quanto um sonho?

Bem, a diferença entre sonho e história, evidentemente, é que a história deixa resíduos e o sonho, não. É por meio desses resíduos, na forma de documentos literários ou detritos arqueológicos, que os historiadores conseguem reconstruir o passado. Os verdadeiros historiadores trabalham limitados às evidências remanescentes. E essa é a diferença entre a história real e um sonho. É somente com base nas evidências que podemos reconstruir o passado; certamente, não há justificativa para irmos contra as evidências.

É interessante que o historiador segue o mesmo método do cientista histórico em ciências como geologia, paleontologia ou cosmologia. Nesse caso, o cientista também está envolvido na reconstrução do passado, seja a história do passado do universo ou da terra. A única diferença real entre o cientista e o historiador é que este estuda a história humana em vez da história da terra ou a história cósmica. Mas, em termos de método, fazem exatamente o mesmo. A história do historiador está no mesmo nível da história do geólogo ou da história do cosmólogo. Quando as pessoas tentam jogar a história contra a ciência, fazem um movimento ilegítimo porque a história está “em pé de igualdade” com as ciências históricas. Desde que sigamos dentro dos limites das evidências, não há razão para pensar que não podemos reconstruir o passado como realmente aconteceu.

Como sabemos que os fatos históricos são reais? Os eventos em si já passaram e tudo quanto nos resta é a declaração do historiador. Por exemplo, com respeito ao relato do nascimento de Cristo, tudo o que temos sobre a sua ocorrência são as declarações históricas de Mateus e Lucas.

Em primeiro lugar, é importante observar que a inexistência de evidências não é evidência de inexistência. Quando pensamos nisso, vemos que não temos nenhuma evidência para a maioria dos eventos históricos,

mas eles realmente aconteceram. Por exemplo, não temos evidência de que em 2 de abril de 1802 Napoleão cuspiu numa poça de água. Talvez ele tenha cuspido, mas não temos como saber.

A maioria dos eventos históricos não deixa evidências suficientes para reconstruí-los; portanto, a falta de evidências não é por si só a prova de que o evento não ocorreu. No caso dos evangelhos, acho extraordinário que não tenhamos a mínima evidência para alguns eventos. Por exemplo, considerem-se os eventos do nascimento virginal ou da ressurreição de Jesus de Nazaré. Nesse caso, temos evidências a partir de várias fontes. É muito interessante quando comparamos isso com as evidências que temos de outras personagens da antiguidade. No caso delas, quase não se tem nenhuma evidência. Portanto, é claramente errado afirmar que a mera inexistência de evidências é evidência de inexistência.

Nos casos em que temos de fato evidências, os historiadores elaboraram algumas regras objetivas que podemos aplicar às fontes a fim de estabelecermos se são relatos históricos dignos de crédito em vez de mera ficção. Denominamos esses critérios de “os critérios de autenticidade”.

Por exemplo, consideremos o critério da “atestação múltipla”. Se tivermos relatos independentes do mesmo evento, essa regra diz que é mais provável que seja histórico do que fictício, porque seria extremamente incomum dois autores inventarem de modo independente a mesma história sobre o mesmo evento. Não seria extraordinário termos duas narrativas independentes de nascimento virginal a respeito de Jesus? Se a regra da atestação múltipla for aplicada às narrativas do nascimento de Jesus, então temos bons fundamentos para acreditar que ele nasceu em Belém e nasceu de uma virgem. Por quê? Porque temos esses fatos atestados em narrativas independentes; Mateus e Lucas independem um do outro, ao menos em suas fontes.

Outra regra para que se estabeleça a natureza histórica de um evento é o princípio da dessemelhança. Essa regra diz que, se for possível mostrar que um evento ou dito da vida de Jesus difere em tudo do que havia antes no judaísmo e também em tudo do que havia na igreja que o sucedeu, então, é altamente provável que pertença ao Jesus histórico. Portanto, o critério da dessemelhança pode ser auxílio bastante positivo para estabelecer os eventos como históricos. Consequentemente, essa regra não significa que, se algumas das declarações de Jesus forem parecidas com as declarações encontradas no judaísmo ou na igreja primitiva, isso indica que foram tomadas por empréstimo dessas fontes. Os críticos, quando agem assim, aplicam a regra erroneamente.

Outra regra é o critério do embaraço. Essa regra afirma que, caso se achem nas narrativas elementos inadequados, ou talvez embaraçosos, à igreja cristã primitiva, então, é também muito mais provável que sejam eventos históricos e não inventados pela igreja.

Mais um critério seria a execução de Jesus. A sua crucificação é ponto de ancoragem fixado na história com tanta firmeza que os eventos dos evangelhos podem ser verificados pelas semelhanças deles no que levou à execução/crucificação de Jesus. Por exemplo, a imagem que Marcus Borg traça dele, como um Jesus afável, manso e humilde, é incompatível com a sua crucificação por ser o rei dos judeus. Segundo essa perspectiva, ele nada fez que pudesse levá-lo à sua crucificação. Portanto, podemos concluir que essa visão provavelmente não nos dá uma imagem exata de como Jesus era realmente.

Há também outros critérios. Na verdade, há uma longa lista deles, esses são apenas uns poucos. Os historiadores os aplicam a todo instante nas narrativas seculares com o intuito de estabelecer a credibilidade histórica delas. Descobri que esses critérios são muito úteis. Quando críticos, como os do

Jesus Seminar [Seminário Jesus], usam-nos para produzir descrições céticas de Jesus, a razão, penso eu, decorre dos seus pressupostos, e não dos critérios. Eles aplicam esses critérios falsamente, pois estão distorcidos pelos seus pressupostos naturalistas.

Algumas pessoas dizem que a história é insuficiente, porque, com a ciência, ao menos a evidência está diante de você e pode ser posta à prova e repetida. Obviamente, não é possível reconstruir o evento histórico. O que o senhor diz sobre isso? A ciência seria, portanto, mais objetiva do que a história?

Não, não acho que seria. Vamos, por exemplo, considerar a geologia. O geólogo assume que certas entidades teóricas, como os dinossauros, existiram no passado. Ele examina ossos fossilizados e levanta a hipótese de que são os restos de criaturas vivas que realmente um dia perambularam pela terra. Mas ele nunca viu um. Em certo sentido, um dinossauro é uma entidade teórica semelhante ao *quark*. Mas a diferença é que o *quark* envolve evidentemente um nível tão alto de abstração que não temos certeza se os *quarks* estão realmente lá. Entretanto, ninguém duvida de fato que os dinossauros existiram algum dia. E, contudo, como já disse, os objetos dessa ciência estão tão distantes do geólogo quanto os eventos da história o estão do historiador.

Além disso, o historiador trabalha com tantos resíduos do passado quanto o geólogo. Ele pode contar com a arqueologia e outras ciências como a numismática (o estudo de moedas) ou a papirologia. Todas essas ciências exploram o passado, da mesma maneira que a geologia ou a paleontologia. São disciplinas elaboradas para reconstruir o passado dentro dos limites das evidências. Portanto, não entendo que seja possível traçar uma linha divisória entre ciência e história a ponto de se afirmar, bem, que a ciência é objetiva, mas a história é um lodaçal de subjetividade.

Alguns historiadores, especialmente os revisionistas, como os neonazistas, são muito seletivos ao usar os fatos. Escrevem histórias que são mais o reflexo de seus preconceitos do que daquilo que realmente aconteceu. Até que ponto podemos ter a certeza de que os escritores dos evangelhos não eram eles mesmos revisionistas?

É importante entender que todos os historiadores antigos escreveram a partir de uma visão. Heródoto, Tucídides, Tácito — todos eles tinham algo a defender. Para eles, a história era um meio de defender seu entendimento ou posição. Portanto, nesse sentido, toda a história greco-romana fundamenta-se em documentos que refletem certo viés. Todavia, isso não impede o historiador clássico greco-romano de reconstruir o passado como realmente aconteceu.

Semelhantemente, quando historiadores judeus escrevem sobre o Holocausto, eles têm claramente um ponto de vista e são tão passionais e comprometidos quanto os neonazistas. Apesar disso, não descartamos as suas obras como anistóricas por causa das inclinações deles nem as equiparamos com as dos neonazistas. Antes, avaliamos as duas versões do Holocausto pelas evidências. Se o relato judaico se encaixar nos limites das evidências, o ponto de vista dos judeus necessariamente não falsifica aquilo que eles escrevem.

Ora, os evangelhos foram escritos de certo ponto de vista; eles têm uma história para contar: a história de Jesus. São proclamações que têm forte interesse em certos eventos da história. Mas isso não significa que não podem dizer a verdade sobre o passado, ou que não podemos avaliar a credibilidade deles.

Os “critérios de autenticidade”, já mencionados por mim, têm precisamente o objetivo de superar o tipo de preconceito capaz de influenciar os historiadores ao escreverem a história do passado. Essas regras são projetadas para nos ajudar a estabelecer o que realmente aconteceu. Elas nos ajudam a ver se o historiador está contando a verdade.

Resumindo, se a compreensão que o historiador tem do passado estiver errada, o motivo para que esteja errada é que ela não se encaixa nas evidências; não está errada porque tem um ponto de vista. Portanto, tudo se volta para aquilo que as evidências indicam.

Cada nova geração tem o seu ponto de vista sobre a história. Karl Popper, o filósofo, afirmou: “Não é possível haver história do passado como realmente ocorreu, só é possível haver interpretações históricas e nenhuma é final. Cada geração tem o direito de inventar a sua”. Isso é verdade? É possível chegar ao entendimento realmente objetivo da história?

Penso que a razão por que os historiadores estão sempre reescrevendo o passado decorre de alguns fatores. Um deles é a descoberta de uma nova evidência. Quando descobrimos uma nova evidência, isso é capaz de alterar a nossa imagem do passado. Portanto, precisamos reescrever a história para conformá-la à nova evidência. Agora, longe de solapar a objetividade da história, isso na realidade é evidência dela. Se a descoberta de uma nova informação significa que temos de reajustar nossa visão do passado para alinhá-la ao conjunto mais amplo das evidências, eu pensaria que esse é forte testemunho favorável à objetividade da história, não contrário a ela.

A outra razão por que os historiadores revisam seus entendimentos anteriores é que, com o aumento da distância, ou com novas perspectivas, quase sempre obtemos uma visão diferente do passado e do seu significado. Às vezes vemos os eventos numa nova luz. Vemos como certos eventos têm moldado a história de formas que não consideramos antes. E, mais uma vez, entendo que essas perspectivas não falsificam o passado; antes, ajudam-nos a perceber o significado desses eventos de novo ponto privilegiado. A questão importante que é preciso notar é: a ampliação do nosso entendimento do passado não nos leva a pensar que esses eventos jamais ocorreram, ou que as histórias do passado são necessariamente falsas. Normalmente, é mais uma questão de reavaliar os motivos dos personagens principais ou a importância dos eventos em si para o curso da história subsequente e como eles têm moldado e afetado as coisas.

Assim, não entendo que a necessidade de reescrever a história solape de fato a objetividade da disciplina. Na verdade, entendo bem o contrário. Essa necessidade dá realmente testemunho da objetividade da história.

Que outros problemas há com a visão que afirma não podermos jamais conhecer o passado como realmente era?

Posso vislumbrar ao menos três problemas importantes que os historiadores enfrentam ao assumirem a posição de que não podemos conhecer o passado como ele é. A primeira dificuldade que enfrentam é que existe um núcleo comum de eventos históricos aceito por todos os historiadores, católicos ou protestantes, marxistas ou capitalistas, liberais do século XIX ou revisionistas do século XX. Por exemplo, não conheço nenhum historiador que negaria fatos como a data da declaração da independência, o assassinato de Lincoln, a derrota de Napoleão em Waterloo, e assim por diante. Esses fatos formam uma espécie de espinha dorsal da história, acerca dos quais todos os historiadores concordam. Acho que foi Isaiah Berlin

quem disse: “Se alguém alegasse que as peças de William Shakespeare foram na verdade escritas na corte de Gêngis Cã, não diríamos que ele estava meramente equivocado, mas que estava fora de si”. Assim, há esse núcleo comum de eventos históricos sobre os quais todos concordam. Entendo que isso seja um argumento poderoso que simplesmente esmaga a alegação relativista de que não existe história objetiva.

A segunda dificuldade enfrentada pelos relativistas é a diferença que existe entre história e propaganda. Os historiadores insistem nessa diferença. Quando a União Soviética, do rescaldo da tomada de poder pelos stalinistas, começou a reescrever a história, uma quantidade incalculável de impressos — jornais e toda espécie de documentos — foi convertida em polpa de papel. Stálin fez isso para poder reescrever os livros de história. Muito naturalmente, ele queria que o povo pensasse que ele estava na linha de frente da Revolução Bolchevique. Imagino que não ficaríamos surpresos que todos reconheçam que esse tipo de reescrita da história pelos soviéticos era pura propaganda. Não se fundamentava absolutamente em fatos. Os historiadores entendem que, ao fazerem seu trabalho, têm de fazê-lo dentro dos limites das evidências; não lhes é permitido fazer propaganda. Todavia, essa distinção perde totalmente o sentido se o relativismo for verdadeiro. Se o relativismo for válido, temos de encarar o fato de que não podemos teimar na distinção entre a propaganda e a história, acerca da qual todos os historiadores respeitáveis insistem.

Finalmente, o terceiro problema com a visão que diz não podermos conhecer o passado objetivamente é que, com base nesse conceito, torna-se impossível criticar a má história. Consideremos o conhecido escritor Immanuel Velikovsky como exemplo fundamental. Ele tenta reescrever a história antiga negando a existência de civilizações e grupos linguísticos inteiros com base em catástrofes astronômicas na história da terra. Os livros de Velikovsky foram totalmente rejeitados pelos historiadores por serem absolutamente fantasiosos e receberam resenhas muito negativas na comunidade histórica. Mas, se o relativismo fosse verdade, seria impossível criticar esse tipo de obra. De fato, se fosse permitida a permanência da obra de Velikovsky, qualquer visão do passado seria possível.

Creio que aqueles que negam a possibilidade da história objetiva não encaram com seriedade o fato de que existe um núcleo comum de eventos históricos aceito por todos os historiadores. Ou que não consideraram com seriedade suficiente a verdade de que existe uma distinção entre história e propaganda. Mais uma vez, o fato de que todos os historiadores são rápidos em criticar a má história fornece poderosas evidências de que é bem possível construir uma história objetiva do passado.

Certo crítico do Novo Testamento disse: “Visto que eram íntimos seguidores de Jesus, os discípulos teriam observado e registrado menos fielmente aquilo que aconteceu de fato”. Com relação às narrativas do nascimento de Jesus, há alguma verdade nessa declaração?

Com respeito